



Despacho Conselho Diretivo

EM CONCORDÂNCIA COM O PROPOSTO, DETERMINO
A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO
DE ÂMBITO NACIONAL. PROCEDA-SE EM CONFORMIDADE.

Assinado por: **JOÃO MÁRIO SOALHEIRO COSTA**
Num. de Identificação: 09863032
Data: 2025.01.30 20:03:17+00'00'



Despacho Diretor Departamento

Concordo com a abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional dos Edifícios do antigo Instituto José de Figueiredo, em Lisboa, e subscrevo as considerações da Sr.^a Chefe de Divisão da DCIC.
À consideração superior.

Paulo Lebre Duarte
Diretor do Departamento dos Bens Culturais
29.01.2025

Assinado por: **PAULO TAVARES LEBRE DIAS
DUARTE**
Num. de Identificação: 05536512
Data: 2025.01.29 15:25:25+00'00'

Despacho Chefe Divisão

Concordo com a proposta, extremamente bem fundamentada sobre o valor de civilização e cultura, de abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional das Edifícios do antigo Instituto José de Figueiredo. À consideração superior.

Maria Antónia Amaral
Chefe de Divisão de Cadastro, Inventário e Classificação.
28.01.2025

Assinado por: **MARIA ANTÓNIA DE CASTRO ATAÍDE AMARAL**
Num. de Identificação: 06527236
Data: 2025.01.28 11:29:04+00'00'

INFORMAÇÃO N.º 38133/DCIC/2025

DATA: 28.01.2025

PROCESSO N.º: 38133 GOOPORTAL

ASSUNTO: Proposta de abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional dos Edifícios do antigo Instituto José de Figueiredo, na Rua das Janelas Verdes, 49, Lisboa, freguesia da Estrela, concelho e distrito de Lisboa.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural).

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda), nomeadamente o artigo 43.º, que refere que a zona especial de proteção tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, e o artigo 54.º que determina, nomeadamente, o estabelecimento de restrições.

2. ANTECEDENTES

Conforme despacho recebido por email da Chefe de Divisão da Divisão de Cadastro, Inventário e Classificação, no dia 25.11.2014, foi solicitado à signatária «informar sobre o Laboratório Dr. José de Figueiredo, tendo em vista a abertura de procedimento de classificação de âmbito nacional».

A visita ao local foi efetuada a 14.01.2015.

3. ANÁLISE¹

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR

O edifício do Laboratório José de Figueiredo encontra-se incluído na ZEP conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga e dos imóveis classificados na sua área envolvente, conforme Portaria n.º 512/98, publicada no DR, I Série-B, n.º 183, de 10 de agosto (Fig. 1).

¹ A maior parte da informação aqui constante foi retirada das seguintes obras: Ana Isabel SERUYA e Mário PEREIRA (dir.), *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Lisboa, 2007, e Joana BAIÃO, "José de Figueiredo, 1871-1937. Acção e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal", Tese do doutoramento em História da Arte apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 2014 (adaptada para publicação como *Museus, Arte e Património em Portugal: José de Figueiredo (1871-1937)*, Lisboa, 2016).



Fig. 1 - Património imóvel: localização do edifício do Laboratório José de Figueiredo e serviços administrativos do património cultural, Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação. Consultado em dezembro/2024

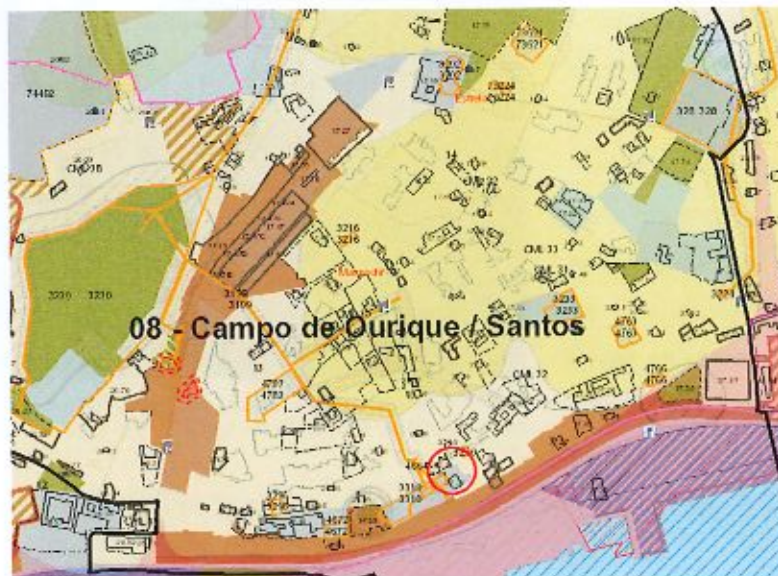


Fig. 2 - PDM em vigor - Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano.

O imóvel está descrito na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (Carta Municipal do Património) de Lisboa com o código SIG 37.33 - Edifício do Instituto Português de Conservação e Restauro / Rua das Janelas Verdes; Trav. José António Pereira.

No que respeita ao PDM de Lisboa (Fig. 2), encontra-se abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 08 - Campo de Ourique / Santos, em área de Nível Arqueológico III (áreas condicionadas de potencial valor arqueológico) e em

áreas relativas a Espaços de Uso Especial de Equipamentos Consolidados (Planta de qualificação do espaço urbano).

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

Em 1911, José de Figueiredo², que soubera estabelecer uma posição central consolidada no panorama das belas-artes em Portugal, onde se distinguira pelos seus estudos e reflexões críticas (destacando-se a descoberta e restauro dos Painéis de São Vicente) e enquanto sócio da Sociedade Nacional de Belas-Artes, vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e académico de mérito da Real Academia Nacional de Belas-Artes, era nomeado diretor do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). No mesmo ano, instituiu a oficina de restauro do museu, que, progressivamente, se viria a transformar num laboratório de investigação científica, já na década de 1930, e que foi, inicialmente, dirigida por Luciano Freire³. «Este estabelecimento, afeto ao MNAA, tutelado pelo Conselho de Arte e Arqueologia de Lisboa e centro de trabalho da “Comissão de Inventário e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal” (...), ficou instalado em dependências do convento de S. Francisco, espaço partilhado com a antiga Academia e com a Escola de Belas-Artes de Lisboa, onde Freire era professor e mantinha ateliê»⁴.

A criação da oficina (Fig. 3) alinhava-se com «a filosofia, as influências, as motivações e as razões»⁵ do paradigma republicano, de raiz positivista, que - como tantas vezes acontece em fase de afirmação de regime novo - prognosticava a valorização do património cultural e da memória histórica como instrumentos de legitimação e reforço identitário de uma nação que urgia salvar da ruína. Do ponto de vista da conservação e restauro, este discurso remetia, pelo menos, para as intervenções “modernas”, antecedidas de registos fotográficos, do pintor Manuel de Moura enquanto restaurador do painel *Fons Vitae* da Misericórdia do Porto (1890-91), e do próprio Luciano Freire no que respeitava aos painéis atribuídos a Nuno Gonçalves (restauro iniciado em 1909 e apresentado em 1910, ano em que é criada a Comissão de Inventário



Fig. 3 - José de Figueiredo e Luciano Freire no atelier do edifício da Academia de Belas Artes de Lisboa, c. 1922, arquivo do MNAA.

² A quem Jorge Custódio chama de «o primeiro intelectual dedicado à causa da salvaguarda e valorização do património artístico, em exclusividade de funções» e «um dos mais notáveis investigadores da história de arte do país». Cfr. Jorge CUSTÓDIO, “Renasença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República”, tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, 2008, pp. 670-671.

³ Cujo «interesse pelo restauro despertara entretanto, desde os tempos de estudante, como ele próprio afirma». Cfr. José Alberto Seabra CARVALHO, “Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: Nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura do início do século XX”, *Conservar Património*, n.º 5 (2007), p. 7.

⁴ Joana BAIÃO, 2014, p. 541.

⁵ Cfr. Jorge CUSTÓDIO, “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)”, *100 Anos de Património: memória e identidade (Portugal 1910-2010)*, Lisboa, 2010, p. 89.

e Beneficiação da Pintura Antiga em Portugal, constituída por Ramalho Ortigão, Manuel de Macedo, Luciano Freire, José de Figueiredo e D. José Pessanha).

Esta «oficina de beneficiação de pintura», transferida, em 1946, para dependências do edifício entretanto construído junto do MNAA⁶, assistiu ao desenrolar de décadas «decisivas na afirmação e desenvolvimento de novas práticas e abordagens»⁷ no campo da conservação e restauro, incluindo, para além da prática de Luciano Freire (que definiu metodologias - documentação fotográfica, relatórios, remoção integral de vernizes, reintegração de lacunas, escolha de materiais, etc. - e fez escola), também

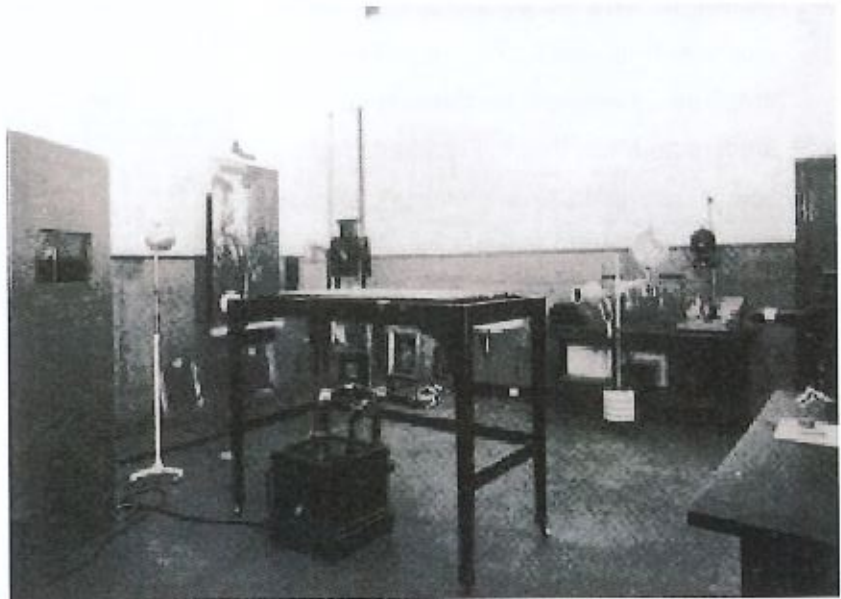


Fig. 4 - Laboratório para o Exame das Obras de Arte com o equipamento de radiografia e já instalado no novo edifício, c 1941, MNAA.

momentos como o restauro de quatro painéis da Matriz de Cascais, orientado por Carlos Bonvalot, e «tido como um marco na história do restauro em Portugal»⁸, pela sua abordagem científica, que incluiu a utilização da radiografia⁹. A estas posturas e procedimentos sucede-se, naturalmente, a dotação da oficina, que passaria a ser conhecida como Laboratório para o Exame das Obras de Arte (Fig. 4), com equipamento laboratorial, fotográfico e radiológico, «processo, também pioneiro, em que esteve envolvido o conservador João Couto e o físico Manuel Valadares»¹⁰ a partir de 1936, passando este serviço a funcionar numa dependência adaptada do palácio das Janelas Verdes.

João Couto, que viria a assumir a direção do MNAA logo em 1937, deu imediatamente impulso à construção do necessário edifício pensado de raiz para o funcionamento dos laboratórios e oficinas de restauro do museu, uma vez que as instalações do Chiado, para além de deficientes em si mesmas, eram inconvenientemente distantes da instituição que serviam, e não permitam acolher uma desejada escola de futuros técnicos. Este plano começara, na verdade, a ser gizado em conjunto com José de Figueiredo, que mais de uma década antes, em

⁶ Como se pode ler no Decreto-Lei n.º 46758, publicado no DG, n.º 286/1965, Série I, de 18 de dezembro, que promulga o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

⁷ Alexandra CURVELO, "Da oficina de restauro de Luciano Freire ao Instituto José de Figueiredo", *op. cit.*, p. 175.

⁸ *Idem, ibidem*.

⁹ Este estudo pioneiro «tratou-se de um caso isolado que só teve continuidade em 1928 quando Roberto de Carvalho e Pedro Vitorino, também às próprias custas, iniciaram um projecto sistemático que deu origem a um número muito significativo de radiografias». In António João CRUZ, "O início da radiografia de obras de arte em Portugal e a relação entre a radiografia, a conservação e a política", *Conservar Património*, n.º 11(2010), p. 13.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

1924, já tentara interceder junto do Governo «pela aquisição da casa da R. das Janelas Verdes, nºs 51 a 55, a nascente do MNAA, propriedade dos irmãos Martinho e Fernando Brederode, herdeiros de Maria Ignacia de Brederode» (Figs. 5 e 6)¹¹. Figueiredo fazia-o porque, prevendo-se o prolongamento do edifício do MNAA naquele sentido, «ele ficaria rez-vez com o jardim daquele prédio, o que não permitiria a construção por esse lado, dos anexos necessários», que, pode supor-se, seriam já, no pensamento do então diretor, aqueles destinados às oficinas de restauro.

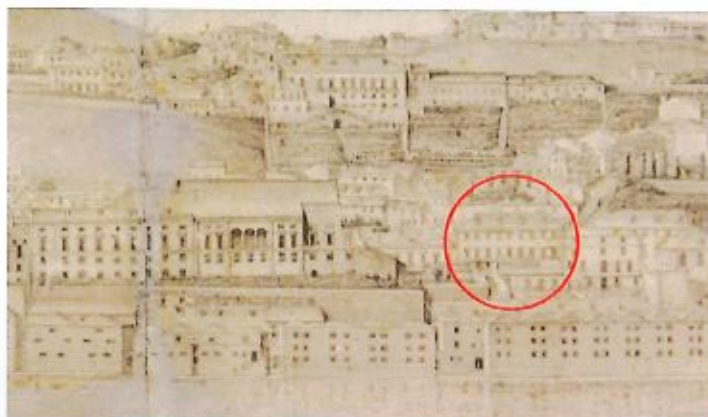


Fig. 5 - Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas Artes, c.1768. Assinalada, a nascente do Palácio Alvor (MNAA), a propriedade que viria a ser dos Brederode.

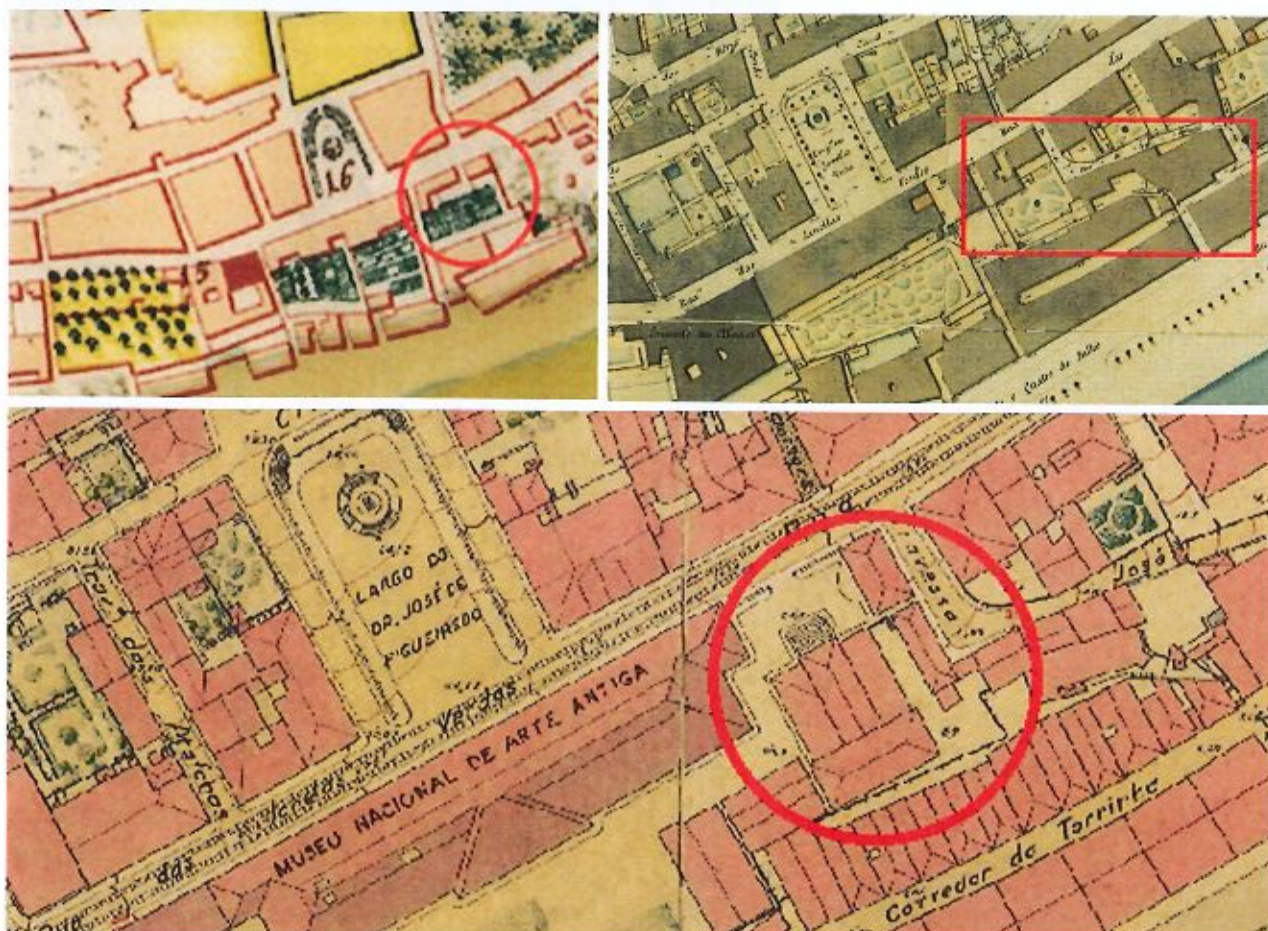


Fig. 6 - Propriedade dos irmãos Brederode assinalada na *Planta Topographica de Lisboa*, 1780, na cartografia de Francisco e César Goullart (1878), onde é bem evidente toda a futura zona de expansão das oficinas, e de 1950 (CML).

¹¹ Henrique MARTINS, "O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história: contributos para um projeto de comunicação", Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia apresentado à FCSH da UNI, Lisboa, 2014, vol. I, p. 114.

Mais tarde, Figueiredo escreverá: «o sinatário, que conhece as melhores instalações do genero e verificou devidamente os resultados de todos os processos de análise científica das obras de arte incluiu, na projectada ampliação do Museu Nacional de Arte Antiga, um laboratório da especialidade, em cuja instalação se prontificou graciosamente a colaborar o fundador e actual Director do Instituto de Análises Científicas do Museu do Louvre»¹².

Foi assim que, «tomando como ponto de partida os planos de José de Figueiredo, Manuel Valadares, João Couto e Fernando Mardel [que viera substituir Luciano Freire], o arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade veio a desenhar o edifício do que veio a ser denominado Instituto para Exame e Restauro de Obras de Arte»¹³. Em 1936, ainda em articulação com José de Figueiredo, Rebelo de Andrade¹⁴ projetou, simultaneamente, o "Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim". Rebelo de Andrade acrescentaria ainda ao projeto inicial a "casa da guarda", uma espécie de posto da Guarda Nacional Republicana, com entrada a poente.

Adquirida a propriedade contígua (Fig. 7), bem com uma faixa de terreno expropriada a outra proprietária (a mesma que, mais tarde, venderia ao MNAA a casa e restante terreno, a nascente, para onde foi feita a ampliação da zona de tratamento de têxteis no início da década de 1970), a construção decorreu entre 1938 e 1940 (Fig. 8), durante a campanha de obras de ampliação e remodelação do MNAA. A nova construção estava já programada para servir todos os museus do país, e rapidamente passou, também, a acolher outras valências para além da pintura.



Fig. 7 – Vista exterior do Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia - Palácio da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental em Lisboa, desenho de J Christino, 1882. À esquerda, a casa dos Brederode.

¹² Cfr. Sandra LEANDRO, «Invisíveis e intangíveis nos Estudos de Arte: João Couto e o Laboratório Científico», *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Lisboa, 2007, p. 88.

¹³ Alexandra CURVELLO, 2010, p. 176.

¹⁴ Com quem José de Figueiredo colaborara na Exposição Ibero-Americana, em Sevilha, «e que considerava ser um arquitecto que conhecia bem o estilo barroco e as necessidades de um museu deste tipo», razão pelo qual o escolheu para este projeto. Cfr. Matilde SECCA, *O Palácio Alvor. De residência aristocrática do século XVIII a Museu Nacional de Arte Antiga*, Tese de Mestrado apresentada ao IST, Lisboa, 2018, p. 50.



Fig. 8 – Em cima: casa dos irmãos Brederode, em preparação para ser demolida (4.2.2, nº 115, gov. 12, AFMNA), e demolição da mesma casa (SIPA FOTO.00133582). Em baixo: fases de construção da habitação do chefe do pessoal menor (AFMNA). Cfr. Henrique MARTINS, 2014, vol. II, p. 11.

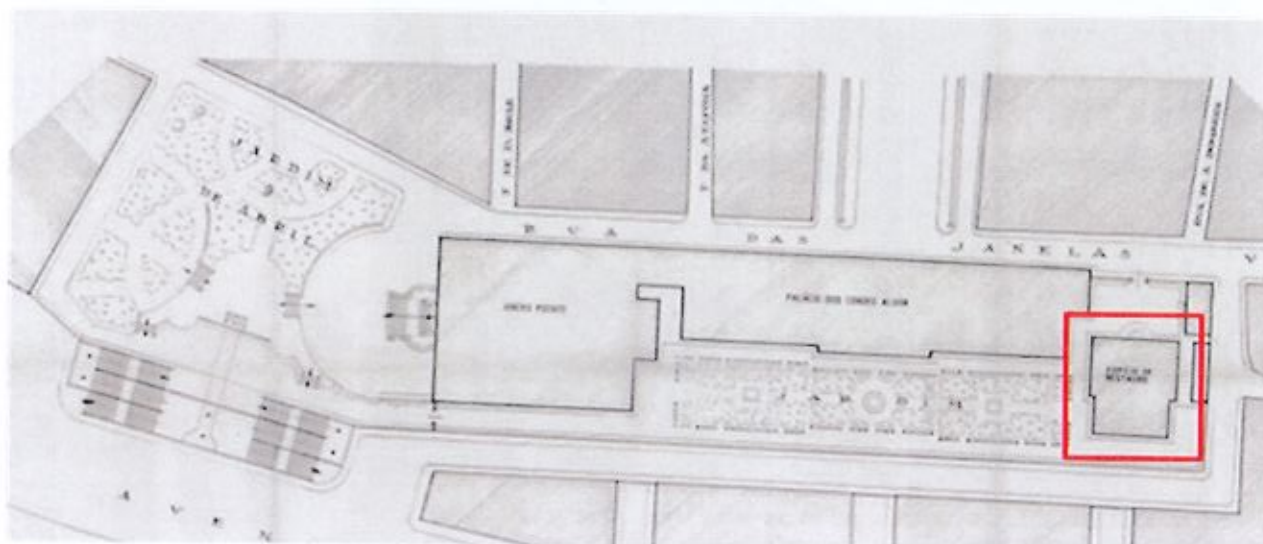


Fig. 9 – Planta Geral do Museu Nacional de Arte Antiga, completo com indicação da zona de isolamento incluindo escadaria monumental do Jardim 9 de Abril. Cfr. Vitor MANAÇAS, 1991, vol. III

Em 1941, refletindo sobre as novíssimas oficinas (Figs. 9 e 10), João Couto escrevia: «A construção resultou excelente, quer na concepção, quer no arranjo interno, e, se olharmos à sua capacidade e ordenação, talvez não tenha similar em outros países. Inicialmente destinado o edifício a receber apenas o laboratório para a investigação e a oficina de restauro das pinturas, verificou-se depois poder incluir também dependências para o restauro das tapeçarias, dos móveis, etc., funcionando já ali, com o melhor rendimento, êste último serviço.»¹⁵



Fig. 10 - Vista perspetiva, tirada do Sudeste, do edifício que, de 1937 a 1939, se construiu para ampliar o Museu das Janelas Verdes, de Lisboa, sendo o programa do Dr. José de Figueiredo, antigo Director do mesmo Museu, e os projectos do Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, Jaime Martins Barata, 1938, aguarela e gouache, 140 cm x 70 cm (1904131 TC, MNAA). A nascente, as novas oficinas e anexos.

Nada melhor do que descrever este «Instituto de Restauro [sediado] em casa própria, num edifício especialmente para esse fim, caso único no mundo» (Figs. 11-17) com as palavras do próprio João Couto:

«O Instituto compõe-se de três pavimentos, servidos por escadas e por elevador. // O piso inferior contém um dos compartimentos destinados ao restauro do mobiliário. Esta ampla divisão está ligada à que lhe corresponde no andar imediato por uma escada de caracol e por um alçapão, que tem por fim facilitar a passagem das pranchas de madeira. Para um vestibulo central deita a casa onde funciona a estufa de desinfecção e a tina de lavagem das tapeçarias. Outra casa serve de oficina de calcografia e a última, voltada para o Tejo, é o vasto depósito das pinturas. Neste compartimento estão instalados biombos de ferro, girando sobre rodas de borracha, nos quais os quadros são pendurados de modo a oferecerem as maiores facilidades de catalogação e exame. // O rés-do-chão, servido pela porta principal que deita para a rua das Janelas Verdes, compreende os serviços de restauro da pintura. Além do compartimento reservado à carpintaria, já referido, ficam ali a entretelagem e aplicação de massas, além dos gabinetes dos restauradores. // O 1.º andar compreende a sala para exames ao Raio X, fotografia à luz artificial, duas câmaras escuras, gabinete do chefe do laboratório e a

¹⁵ João COUTO, "Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte", *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, n.º 3, 1940, p. 104.

grande sala, com luz zenital e luz lateral, destinada quer à fotografia, quer ao descanso das pinturas em restauro. Os painéis, após a beneficiação, são ali colocados, em condições de iluminação e temperatura idênticas às das salas do Museu e podem, em períodos longos de tempo, ser sujeitos a meticoloso exame respeitante à solidez dos restauros praticados. // Rasgado de amplas janelas que abrem para os lados nascente, sul e poente, bem arejado no verão, com aquecimento central para o inverno, êste edifício pode, em qualquer parte do mundo, ser considerado modelar.»¹⁶

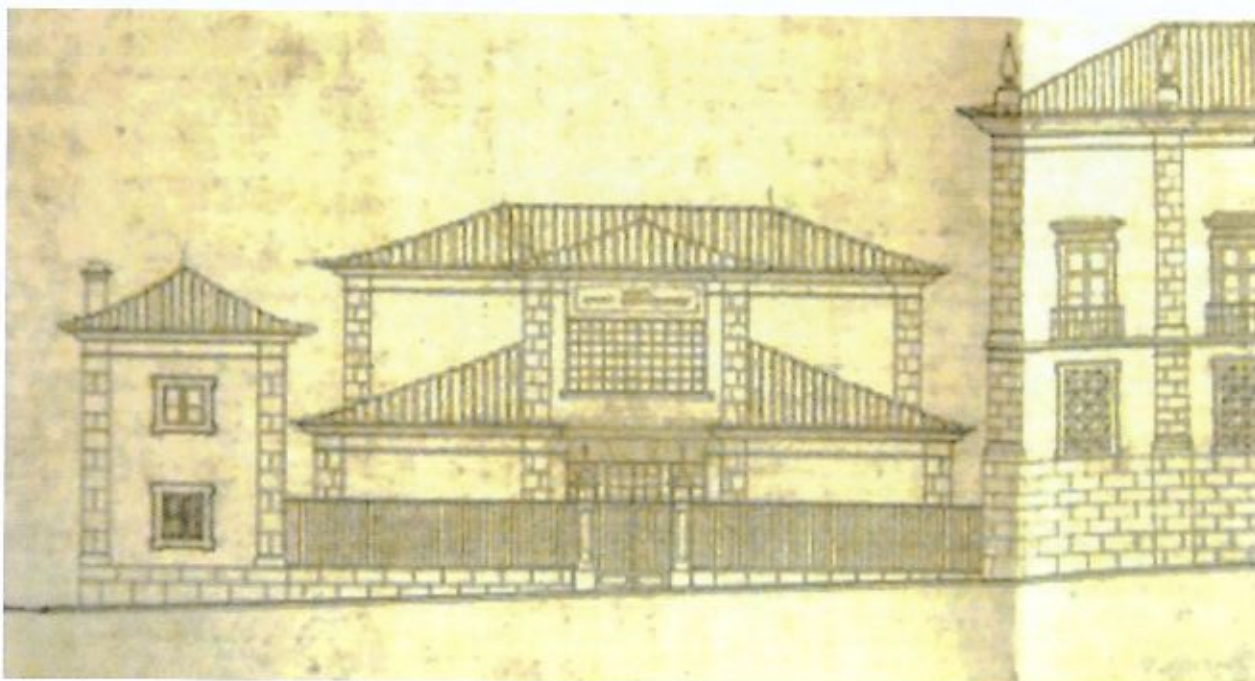


Fig. 11 - Pormenor do alçado do conjunto do MNAA, lado norte, do ante-projeto do "Acabamento do actual edifício do Museu Nacional de Arte Antiga, oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, habitação do chefe do pessoal menor e jardim". Rebelo de Andrade, 1936 (AMJM-BMNA, pasta 10). Cfr. Henrique MARTINS, 2014, vol. I, p. 118.



Fig. 12 - Foto publicada em João COUTO, "Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte", *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, n.º 3, 1940.



Fig. 13 - Fachada na atualidade (com alterações nos dois corpos laterais e na cobertura efetuadas em 1968).

¹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 104-107.

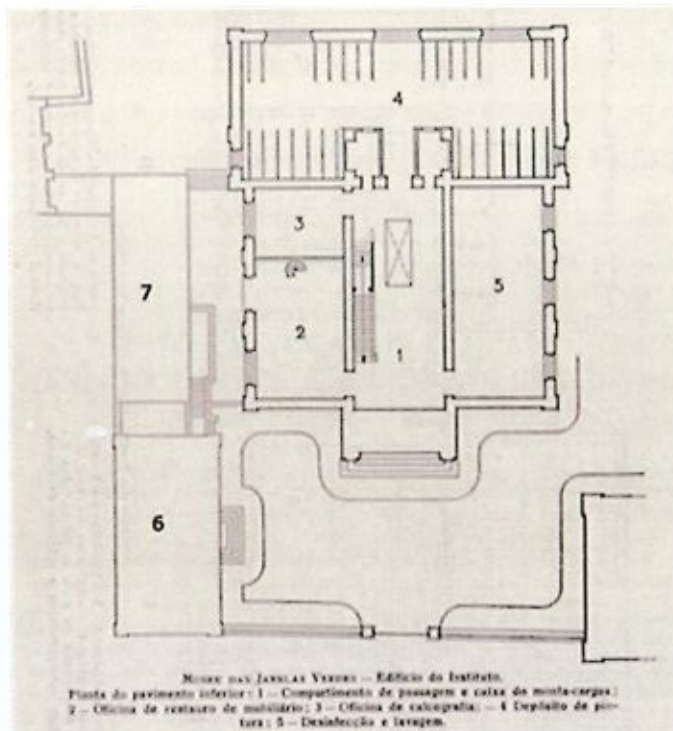


Fig. 14 - Planta publicada em João COUTO, "Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte", Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga, vol. 1, n.º 3, 1940. Os números 6 e 7, respetivamente, a Casa da Guarda e a habitação do chefe do pessoal menor, são nosso acrescento.

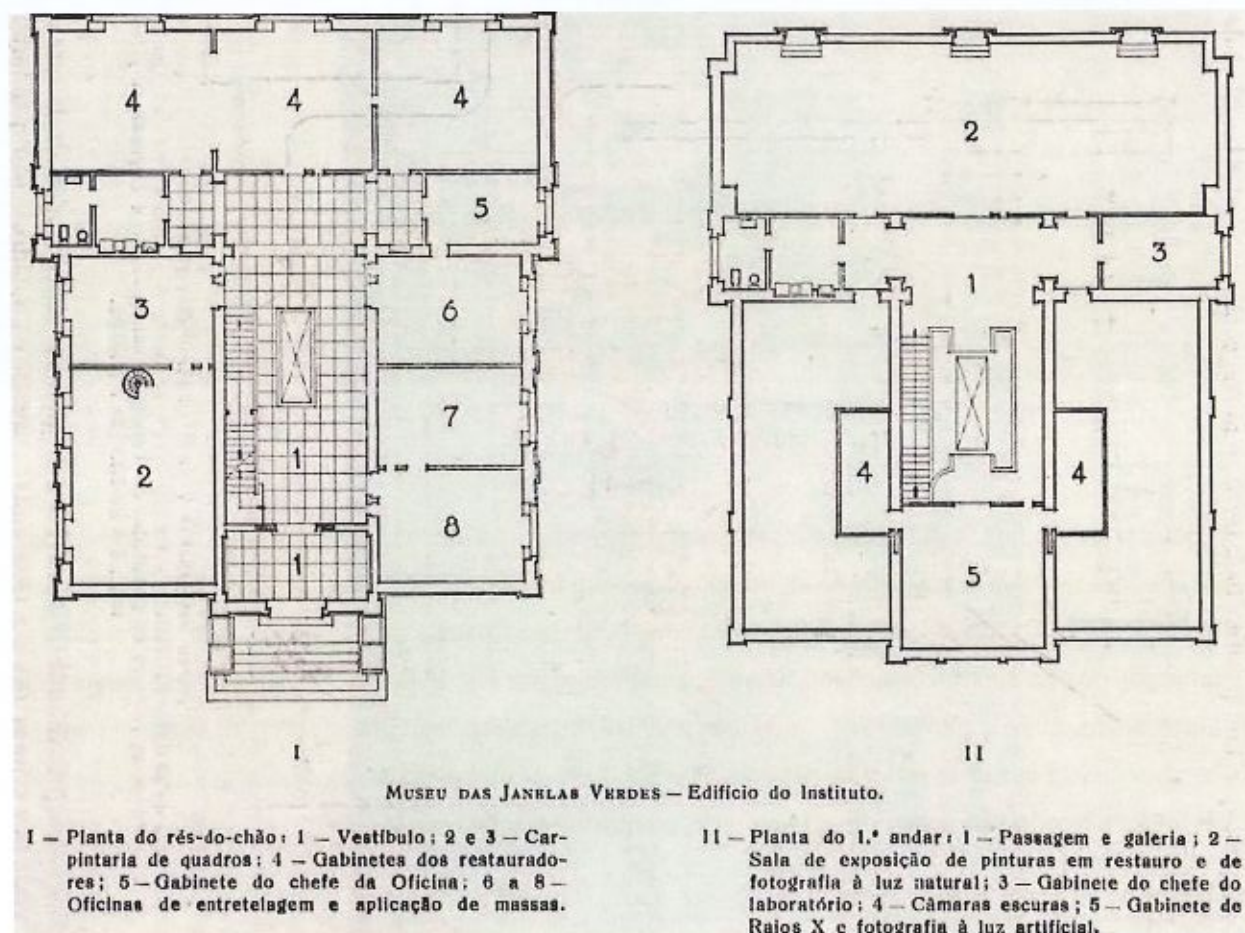


Fig. 15 - Planta publicada em João COUTO, "Instituto para o Exame e Restauro das Obras de Arte", Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga, vol. 1, n.º 3, 1940.

À data da construção, os corpos laterais da fachada eram mais baixos que o corpo central, como se pode ver pela comparação entre as figs. 12 e 13. «Em 1968, já após a autonomização do Instituto José de Figueiredo do MNAA (1965), o edifício adquire o aspeto atual. Os tramos laterais são elevados, ficando toda a fachada à mesma altura. É também levantado o murete com vedação que separa o pátio do Instituto do jardim do Museu.»¹⁷

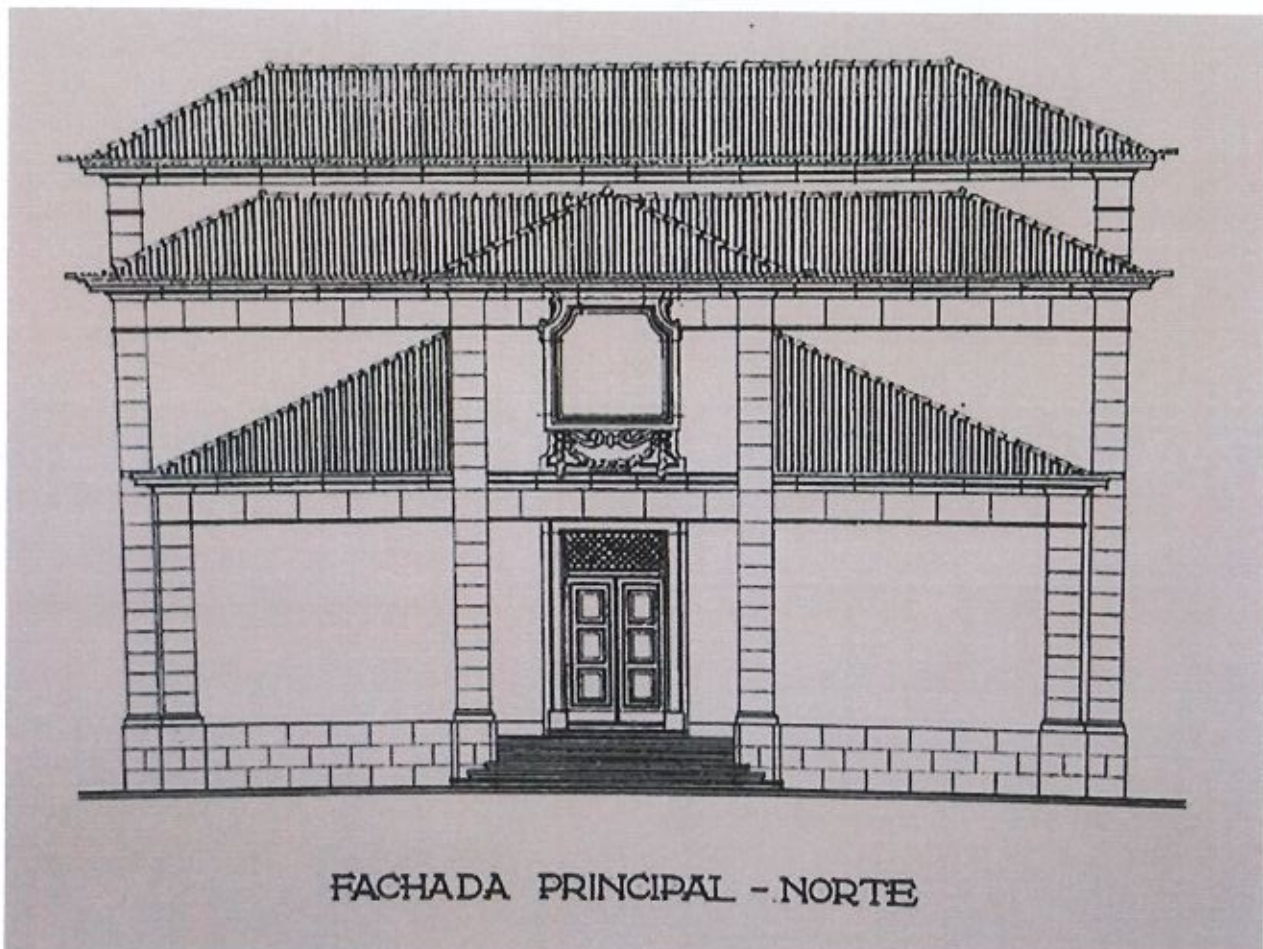


Fig. 16 – Museu das Janelas Verdes – Projecto das Oficinas para o Serviço de Restauro de Obras de Arte, Fachada Principal- Norte, Arquivo SIPA

Ficamos, igualmente, a saber que «Desde o ante-projeto para as oficinas para o Serviço de Restauro de obras de arte, que figurava na frontaria do edificio uma tabela, para uma inscrição de homenagem a Luciano Freire. No entanto, até hoje, não foi preenchida»¹⁸. Trata-se da larga cartela, vazia, com festão inferior, que encima a porta principal, no eixo central da fachada, e que no anteprojecto (ver Fig. 11) figura como um janelão, aparentemente envidraçado, sobre o qual correria a inscrição prevista. No projeto concretizado (Fig. 16) abdicou-se deste vão, certamente por questões relacionadas com as especificidades técnicas da sala que viria a albergar o “Gabinete de Raio X e fotografia à luz artificial” (ver Fig. 15, planta do 1.º andar, sala 5).

¹⁷ Henrique MARTINS, 2014, vol. I, p. 119.

¹⁸ *Idem, ibidem*. O próprio investigador adianta uma hipótese para esta lacuna: «Será que a morte de José de Figueiredo, decorrida, entretanto, fez hesitar sobre quem devia ser o homenageado? Como sabemos o serviço veio a tor o nome do diretor do MNAA e não do mestre restaurador.»

Foram feitas outras alterações ao anteprojecto, na sua generalidade respeitando a pequenas modificações do desenho de alguns elementos arquitetónicos e ornamentais e à distribuição funcional das salas dos três pisos, mas não resultando em nenhuma diferença significativa.

O interior conjuga a elegância do desenho "barroco" de Rebelo de Andrade (Fig. 17), de remetente *chão* e racional, e sempre colocado ao serviço da funcionalidade do edifício, com as necessidades técnicas e científicas previstas ao detalhe, e sempre colocadas a par daquilo que de mais moderno se fazia a nível internacional.

Destacam-se, sobretudo, os antigos gabinetes dos restauradores, no primeiro piso (Fig. 18), a ampla sala do piso térreo que se destinava a depósito de pintura, e é, atualmente, uma sala multifuncional (Fig. 19), o vestibulo central, vazado pelo espaço do monta-cargas que liga os três pisos (Fig. 20), e a larga sala, de altíssimo pé-direito, do primeiro andar, então destinada à "exposição de pinturas em restauro e fotografia à luz natural", hoje ocupada em exclusivo pela fotografia, e adaptada para o efeito (Fig. 21).



Fig. 17 - Aspeto do interior, destacando-se a sóbria e elegante escadaria.



Fig. 18 - Antigos gabinetes dos restauradores, no primeiro piso.



Fig. 19 - Sala multifuncional do piso térreo, antigo depósito de pintura.



Fig. 20 – Vestíbulo em c. 1938 e na atualidade, e monta-cargas.

Esta antiga sala de exposição de pintura, hoje dividida em dois espaços, é dotada de uma escotilha no teto, que permite a tomada de fotografias de obras de grandes dimensões a partir do espaço sob o telhado (Fig. 22).

O monta-cargas (Figs. 20 e 23), «dotado de uma espaçosa cabine apainelada, é assistido por mecanismo hidráulico com comando manual, suportando uma carga máxima de 1000Kg. Foi construído pela já extinta construtora de ascensores Fortis e ainda que não tenhamos documentação comprovativa da data da sua

instalação, apontamos a década de quarenta do século passado, já que a construção do edifício se faz entre 1938 e 1940»¹⁹.



Fig. 21 – Antiga sala de “exposição de pinturas em restauro e fotografia à luz natural”, hoje ocupada em exclusivo pela fotografia (primeiro piso).



Fig. 22 – Mecanismo montado no vão do telhado para tomada de fotografias de obras de arte sobre a sala inferior.



Fig. 23 – Detalhes do monta-cargas (Fotos LJF).

¹⁹ In https://www.instagram.com/lab_josedefigueiredo/p/DFDoLOZNR6B/?img_index=1.

Tal como o monta-cargas, também as salas estão preparadas para a entrada de obras de grandes dimensões, incluindo, na sua maioria, vãos adequados à passagem de telas e tábuas de grande altura (Figs. 21 e 24).



Fig. 24 - Vão de passagem de telas.

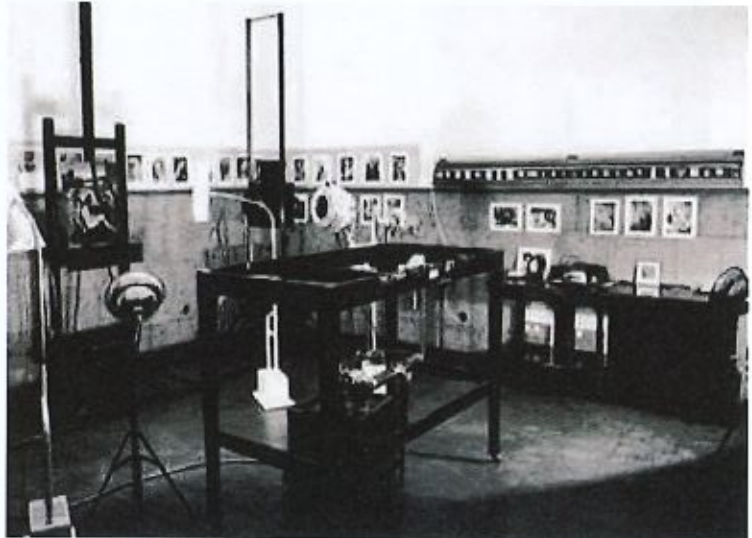


Fig. 25 - Laboratório para o Exame das Obras de Arte, do Museu Nacional de Arte Antiga, depois de instalado no novo edifício, com o equipamento de radiografia, c. 1941 (AFMNA).

Na sala de RX, ainda em uso, é visível o sistema (então muito recente) de blindagem dos vãos, destinado a proteger da radiação utilizada (Figs. 25 e 26).



Fig. 26 - Revestimento de chumbo em torno dos vãos da sala de RX (as portas são duplas, com escudo de radiação interior).

O primeiro andar, que, na origem, dispunha apenas da ala central e de duas pequenas salas instaladas no vão do telhado, onde estavam instaladas as câmaras escuras, foi ampliado em 1968-1972, na sequência da atividade de Abel de Moura (pintor e conservador), que contribuiu para a emancipação das oficinas em relação à tutela do MNAA, passando a constituir o Instituto José de Figueiredo (1965). As obras realizadas determinaram a elevação dos tramos laterais, ficando toda a fachada à mesma altura (ver figs. 12 e 13), o que permitiu a instalação de mais espaços de trabalho. Segundo a ficha constante do SIPA, o monta-cargas terá sido instalado na mesma altura, mas o desenho e ornamentação da cabine permite uma datação bastante anterior. As fotos de 1938 (ver Fig. 20) não permitem ver a cabine, mas o contrapeso parece estar instalado.

A partir desta altura, foi, igualmente, lançada uma escada de ferro para o sótão, onde se aproveitou o desvão para instalar arquivos, e que hoje abriga espaços de trabalho (Fig. 27).



Fig. 27 - Escada de acesso ao sótão e espaços de trabalho instalados no desvão.

Pelo logradouro acede-se aos restantes edifícios do conjunto, constituídos pelas já referidas "habitação do chefe do pessoal menor" e "casa da guarda", e, atualmente, por um anexo resultante da ampliação das instalações entre 1968 e 1972 (DGEMN). Neste anexo (Fig. 28) funcionam diversos serviços, incluindo as oficinas de restauro de têxteis.



Fig. 28 - Anexo destinado a depósito e oficinas.

Os restantes edifícios do programa de Rebelo de Andrade (Fig. 29) sofreram poucas alterações estruturais, mas mudaram, definitivamente, de uso. A Casa da Guarda, que, como vimos, se destinava a albergar um pequeno posto da Guarda Nacional Republicana, funcionou, mais tarde, como cantina, e abriga hoje uma parte dos arquivos do ex-IJF (Fig. 30). Este edifício térreo incluía quarto do cabo, caserna e casa das armas²⁰.



Fig. 29 - Museu das Janelas Verdes - Habitação do Chefe da Pessoal Menor, Casa da Guarda e Vedação, Arquivo SIPA.

A casa do chefe do pessoal menor (Figs. 31 e 32) constitui um edifício mais interessante, traçado para constituir a ala esquerda do pátio dianteiro e completar a frente urbana do conjunto. A casa, de dois pisos, apresenta, para além de janelas de peitoril e de sacada, oito vãos quadrilobados, que lhe conferem algum carácter individual. É constituída, no rés-do-chão, por vestíbulo, sala de jantar, escritório, saleta, quarto e cozinha, e no primeiro andar, por três quartos. A guarita de metal que se encontra no canto deste pátio estava, originalmente, colocada à porta do edifício, e nela se abrigava o guarda do Instituto. Atualmente, funciona aqui a Biblioteca de Conservação e Restauro.



Fig. 30 - Antiga Casa da Guarda.

²⁰ Henrique MARTINS, 2014, vol. I, p. 117.



Após a aquisição, em 1955, do prédio com os números 35 a 39 da Travessa José António Pereira, do qual havia feito parte uma faixa de terreno expropriada, anos antes, para a construção do conjunto²¹, a propriedade ficou com a delimitação atual, que veio a permitir a construção do anexo (ver Fig. 28).

Fig. 31 – Fachada principal da antiga casa do chefe do pessoal menor.



Fig. 32 – Aspectos do interior da antiga casa do chefe do pessoal menor (Biblioteca de Conservação e Restauro).

²¹ Cfr. *Venda de prédio antigo ao Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa* (sessão da JNE de 09.09.1955). Arquivos da Administração Central. Junta Nacional da Educação. 6.ª Secção. 1.ª Subsecção.

Nas instalações guarda-se, naturalmente, um importante espólio técnico e científico, incluindo instrumentos e materiais com evidente valor histórico, patrimonial e didático (Fig. 33).



Fig. 33 - Material técnico e científico (fotográfico e radiográfico – infravermelhos e ultravioletas) da primeira metade do século XX. Arquivo MNAA.

Como vimos, em 1965 foi conseguida a emancipação das oficinas em relação à tutela do MNAA. No prólogo do Decreto-Lei n.º 46758, publicado no DG, n.º 286/1965, Série I, de 18 de dezembro, que promulgou o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, pode ler-se o seguinte:

«(...) o Museu Nacional de Arte Antiga conseguiu organizar oficinas de restauro de mobiliário e talha e de tecidos e tapeçaria; mas também as circunstâncias não têm consentido que delas se tire o rendimento conveniente.

As três oficinas e o laboratório criado pelo Museu reúnem-se agora num Instituto de Restauro de Obras de Arte, ao mesmo tempo que se define o regime legal deste.

O novo Instituto recebe, em homenagem devida a quem tão altos e devotados serviços prestou à arte, o nome de José de Figueiredo.

Tendo como sede um edifício que foi o primeiro no Mundo a ser estudado e construído especialmente para instalação de serviços desta natureza, compreende duas secções: laboratório e oficina.

A primeira, destinada a favorecer, pela utilização de processos físicos e químicos de análise, quer o estudo das obras de arte, quer a preparação do seu restauro, encontra-se já apetrechada com material para exames de raios X, de raios infravermelhos e de raios ultravioletas, para fotografia à luz rasante e à luz das lâmpadas de sódio, para macro e microfotografia. E espera-se que em futuro próximo seja possível dotá-la com instalação para exames químicos.

A segunda abrange, além das já mencionadas, uma nova oficina: a de escultura.

Na dependência desta secção ficam as equipas móveis de restauradores organizadas para percorrerem o País e procederem, nos próprios locais em que as obras se encontrem, aos trabalhos menos complexos. Realizados a tempo, esses trabalhos evitarão quase sempre que as moléstias progridam e venham a causar mais tarde prejuízos de difícil ou impossível reparação. Pensa-se sobretudo nas pinturas, dada a sua maior sensibilidade.

Estabelece-se o princípio de que, salvo autorização do Ministro da Educação Nacional, o restauro de obras de arte pertencentes ao Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado, bem como pertencentes a particulares quando inventariadas, só pode ser executado pelo Instituto.»

O Instituto José de Figueiredo funcionou, enquanto tal, até ao dia 1 de janeiro de 2000. A partir desta data, e pelo Decreto-Lei n.º 342/99, publicado no DR, n.º 198/1999, Série I-A, de 25 de agosto, é extinto o IJF e criado o Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), que integrou os funcionários, instalações e equipamento existentes.

Em 2007, pelo Decreto-Lei n.º 97/2007, publicado no DR, n.º 63/2007, Série I, de 29 de março, é criado o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), resultante da fusão do Instituto Português de Museus (IPM) com o IPCR, e

as oficinas do antigo IJF passam a funcionar como Departamento de Conservação e Restauro e Departamento de Estudos de Materiais do novo instituto.

Posteriormente integrado na Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), e atualmente integrado na Museus e Monumentos de Portugal, EPE, o atual Laboratório José de Figueiredo continua a executar as atribuições do Estado em matéria de conservação e restauro, coadjuvado pelo Arquivo de Conservação e Restauro que teve origem no Laboratório de Exame de Obras de Arte, constituído nas primeiras décadas do século XX no MNAA, e pela Biblioteca de Conservação e Museus, com origem num núcleo bibliográfico resultante dos legados dos restauradores Fernando Mardel e Abel de Moura.

O edificado proposto para classificação corresponde à propriedade original, constituída em 1938-40, nomeadamente, os edifícios projetados por Guilherme Rebelo de Andrade – Edifício das antigas Oficinas para o Serviço de Restauro de Obras de Arte, habitação do chefe do pessoal menor e Casa da Guarda, excluindo-se deste conjunto o anexo (oficinas e depósito), os restantes logradouros e as respetivas dependências anexas (Figs. 34 e 35), por se considerar que, para além de não deterem o necessário valor patrimonial (histórico, arquitetónico e científico), estão, ainda, sujeitos a futuros planos de alteração fundamentais para o desempenho dos serviços.

A designação proposta atenta à denominação original do IFJ após 1965, quando este foi formado a partir da organização dos anteriores oficinas e laboratório, de forma a acautelar futuras alterações, evidenciando o facto da classificação recair sobre a sede do atual Laboratório José de Figueiredo, e não sobre a instituição *per si*.

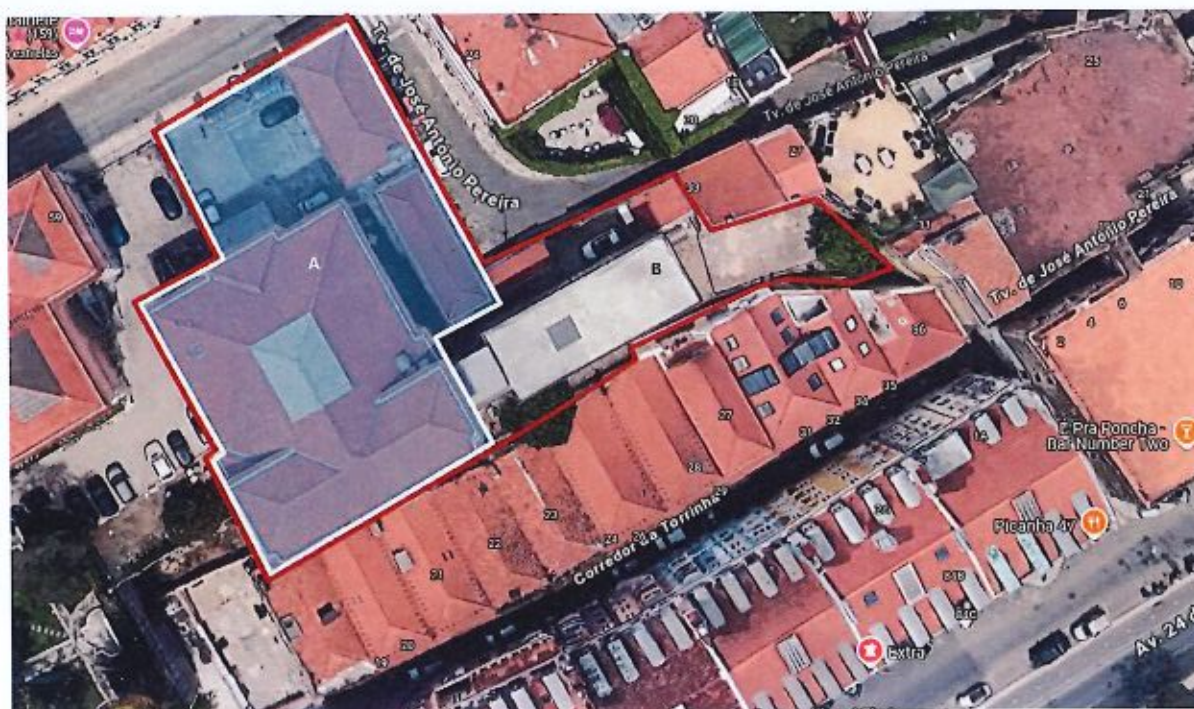


Fig. 34 – Delimitação da propriedade (linha vermelha), área proposta para classificação (A) e área a excluir da classificação (B).

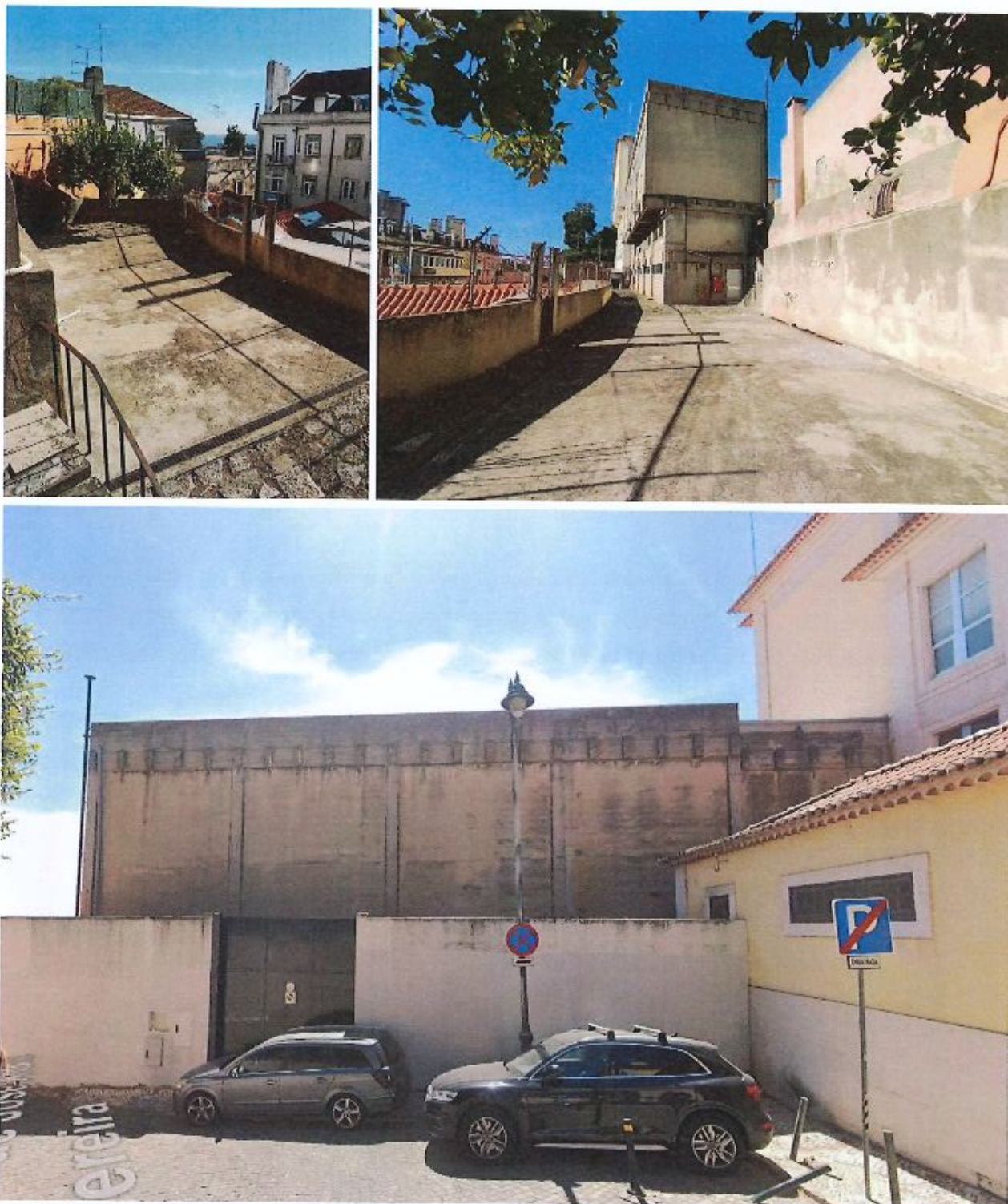


Fig. 35 – Aspetto dos logradouros e anexo não incluídos na proposta de classificação.

FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

A presente análise foi realizada com base nos critérios genéricos de apreciação preconizados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como nos valores que o interesse cultural relevante de um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia.

Assim, foram considerados:

- a) O interesse do conjunto edificado do antigo Instituto José de Figueiredo, constituído por três edifícios desenhados por Guilherme Rebelo de Andrade a par do ambicioso plano de ampliação do Museu das Janelas Verdes, incluindo o edifício principal, «o primeiro no Mundo a ser estudado e construído especialmente para instalação de serviços desta natureza», integrado numa abordagem de teor mais positivista, criteriosa e especializada, apoiada em métodos científicos e tecnológicos;
- b) O seu interesse no domínio arquitetónico e urbanístico, tanto no que respeita à linguagem formal de Rebelo de Andrade, como à sua adequação à finalidade da instituição, e ainda à forma como os edifícios se inscrevem na evolução daquela zona consolidada da cidade, nomeadamente na continuidade que estabelecem com a nova fase do MNAA;
- c) O interesse do respetivo património integrado, incluindo os sistemas e mecanismos presentes e a coleção de instrumentos técnicos e científicos preservados;
- d) A importância do imóvel na História da Arte em geral, e, em particular, no desenvolvimento de um novo paradigma da conservação e restauro em Portugal, e a sua condição enquanto testemunho dos últimos 85 anos de prática centralizada destas disciplinas, ao mais elevado nível técnico e científico, a nível nacional e internacional.

Conclui-se, desta análise, que o conjunto arquitetónico em causa assume valor patrimonial de interesse nacional, respondendo a vários dos critérios genéricos de apreciação presentes no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, nomeadamente: a) O carácter matricial do bem; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico [e] material intrínseco do bem; f) A [sua] conceção arquitetónica e urbanística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

Reflete ainda valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, que reforçam o seu interesse cultural relevante dentro do universo do património cultural nacional.

4. PROPOSTA

No âmbito da proteção do património cultural, e atendendo ao valor de civilização e cultura acima reconhecidos ao sítio, propomos a abertura do procedimento de classificação de âmbito nacional das Edifícios do antigo Instituto José de Figueiredo, na Rua das Janelas Verdes, 49, Lisboa, freguesia da Estrela, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo.

À consideração superior,





Sílvia Leite

Técnica superior

Edifícios do antigo Instituto José de Figueiredo

Lisboa
Freguesia da Estrela
Concelho de Lisboa

 Proposta de delimitação dos imóveis a classificar (em estudo)

 Zona geral de proteção (ZGP) a criar

